

Classificação						Rubricas	Emontos		Referência ↑ autorização ministerial
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou Inscrições	Anulações	
Capítulo	Divisão	Subdi- visão		Código	Alínea				
14	03	15				Instituto Superior de Educação Física do Porto			
			3.02.0	26.00		Bens não duradouros — Consumos de secre- taria	100	-	(d)
			3.02.0	30.00		Aquisição de serviços — Transportes e comu- nicações	250	-	(d)
			3.02.0	31.00		Aquisição de serviços — Não especificados ...	-	100	(d)
			3.02.0	42.00		Transferências — Particulares	-	250	(d)
	24					Estabelecimentos diversos			
		02				Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil (Serviços centrais — Lisboa)			
				01.00		Remunerações certas e permanentes:			
			4.02.0	01.02		Pessoal dos quadros aprovados por lei	44 500	-	(e)
			4.02.0	01.04		Pessoal contratado não pertencente aos quadros	-	44 500	(e)
							88 824	88 824	

- (a) Despacho ministerial de 2 de Maio de 1984.
 (b) Despacho ministerial de 17 de Maio de 1984.
 (c) Despacho ministerial de 9 de Maio de 1984.
 (d) Despacho ministerial de 17 de Maio de 1984.
 (e) Despacho ministerial de 23 de Maio de 1984.

10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 1 de Junho de 1984. — O Director, *Francisco Clemente*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 450/84 de 12 de Julho

Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 305/81, de 12 de Novembro, foram criados, em substituição das secções de ensino e de administração do curso de Enfermagem Complementar, os cursos de Pedagogia Aplicada ao Ensino de Enfermagem e de Administração de Serviços de Enfermagem, que passam a constituir habilitação necessária ao acesso às categorias de enfermeiro-professor e de enfermeiro-supervisor, respectivamente.

Torna-se, portanto, necessário implementar os referidos cursos de forma a responder às necessidades dos serviços e às expectativas dos enfermeiros.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde, o seguinte:

1.º Os cursos de Pedagogia Aplicada ao Ensino de Enfermagem e de Administração de Serviços de Enfermagem, adiante designados por cursos, criados pelo n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 305/81, de 12 de Novembro, terão a duração mínima de 1 ano lectivo e funcionarão nas escolas de enfermagem pós-básicas de Lisboa, Porto e Coimbra.

2.º Os planos de estudo e os programas dos cursos serão aprovados por despacho do Ministro da Saúde.

3.º São condições de admissão aos cursos:

- a) Habilitação com o curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal;

- b) Habilitação com o curso de especialização em enfermagem, legalmente instituído e reestruturado nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 305/81, de 12 de Novembro, ou equivalente, legalmente consagrado como tal.

- 4.º Os períodos de inscrição, o início dos cursos, o número de alunos a admitir em cada curso e os critérios de preferência para selecção dos candidatos serão fixados anualmente por despacho do Ministro da Saúde.
- 5.º As escolas de enfermagem conferirão os diplomas correspondentes, que deverão ser homologados pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Ministério da Saúde.

Assinada em 27 de Abril de 1984.

O Ministro da Saúde, *António Manuel Maldonado Gonalves*.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, FLORESTAS E ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIAS DE ESTADO DA ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO INTERIO

Portaria n.º 451/84 de 12 de Julho

Mostrando-se conveniente ser dada maior flexibilidade às capacidades de engarrafamento do «vinho da casa» constantes do n.º 2.º da Portaria n.º 255/84, de 19 de Abril, altera-se a referida disposição tendo em atenção a data de entrada em vigor da Portaria citada.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45 835, de 27 de Julho de 1964, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Alimentação e do Comércio Interno, que o n.º 2.º da Portaria n.º 255/84, de 19 de Abril, passe a ter a seguinte redacção:

2.º O «vinho da casa», de livre escolha do estabelecimento e devendo obedecer às características gerais de vinhos fixadas por lei, será comercializado em garrafa de vidro de conteúdo líquido variável entre 0,70 l e 0,75 l e em meia garrafa de conteúdo líquido variável entre 0,35 l e 0,40 l, com rótulo de papel, rolhada e capsulada nos moldes tradicionais.

Secretarias de Estado da Alimentação e do Comércio Interno.

Assinada em 26 de Junho de 1984.

O Secretário de Estado da Alimentação, *Jacinto José Montalvão de Santos e Silva Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Carlos Alberto Antunes Filipe*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 452/84

de 12 de Julho

Considerando que a composição do conselho geral do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial foi definida pelas Portarias n.ºs 319/83, de 28 de Março, e 842/83, de 20 de Agosto;

Considerando, porém, que os directores de todos os departamentos do LNETI devem ter assento no conselho geral e que há que fixar regras sobre a duração do mandato dos representantes eleitos nos termos da alínea e) do n.º 1.º da Portaria n.º 319/83, na redacção dada pela Portaria n.º 842/83, e sobre o regime de substituição dos mesmos membros nas suas ausências ou impedimentos definitivos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria e Energia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 361/79, de 1 de Setembro, o seguinte:

1.º A alínea b) do n.º 1.º da Portaria n.º 319/83, de 28 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

- 1.º
- a)
- b) Pelos directores dos institutos e dos departamentos;
-

2.º O mandato dos representantes eleitos referido na Portaria n.º 842/83, de 20 de Agosto, tem a duração de 3 anos contados da data da respectiva posse e cessa com a posse do representante designado para ocupar o respectivo lugar.

3.º A posse será conferida pelo presidente do conselho geral nos 30 dias seguintes à eleição.

4.º Nas suas ausências ou impedimentos definitivos os membros eleitos serão sucessivamente substituídos pelos candidatos mais votados na eleição.

Ministério da Indústria e Energia.

Assinada em 31 de Maio de 1984.

O Ministro da Indústria e Energia, *José Veiga Simão*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO

Portaria n.º 453/84

de 12 de Julho

A necessidade de, por via indirecta, assegurar um preço de garantia ao produtor de melão tem levado a fixar, desde há alguns anos, o preço máximo de venda ao público daquela fruta.

O sistema tem defeitos, de que se destacam o não poder privilegiar-se a qualidade do produto que fica condicionada pelo preço máximo estabelecido e pelos diferentes custos de transporte entre as zonas de produção e as diferentes zonas de consumo.

Atendendo, porém, às expectativas dos seareiros, que organizaram a produção de melão com factores de custo definidos e que importa assegurar fiquem cobertos, é ainda este ano e pela última vez fixado preço máximo de venda ao público para o produto, embora com nova formulação, que se crê permitir, de algum modo, a possível concorrência pelo preço e qualidade.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio Interno, o seguinte:

1.º A venda de melão das variedades vulgarmente designadas por «Branco espanhol» e «Manuel António» ou «Almeirim», cujas características constam do quadro anexo a esta portaria, fica sujeita ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º O preço máximo de venda ao público de melão das variedades referidas no número anterior é de 33\$80 por quilograma.

3.º As correspondentes margens máximas de comercialização são as seguintes:

- a) Para o grossista: margem de 25 % sobre o preço de compra na produção;
- b) Para o retalhista: margem de 30 % sobre o preço de aquisição.

4.º O retalhista tem direito, em qualquer caso, a usufruir uma margem de comercialização mínima de 5\$20 por quilograma.

5.º Qualquer agente económico legalmente habilitado para o exercício do comércio de frutas pode acumular a totalidade ou parte da margem de comercialização não utilizada.

6.º Qualquer que seja o número de agentes intervenientes no circuito de comercialização, não é permitida a utilização de margens que no seu conjunto ultrapassem a resultante da aplicação deste diploma.